

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Discriminação em relação às pessoas jovens: Efeitos da avaliação
de legitimidade da discriminação na identificação com o grupo,
bem-estar e expectativas de futuro**

Joana Filipa Molhinho Almeida Paixão

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Social da Saúde

Orientadora:

Professora Doutora Sibila Marques, Investigadora em Pós-Doutoramento
ISCTE-IUL

Co-orientador:

Professor Doutor Miguel Ramos, Investigador em Pós-Doutoramento
ISCTE-IUL

Outubro, 2013

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Discriminação em relação às pessoas jovens: Efeitos da avaliação
de legitimidade da discriminação na identificação com o grupo,
bem-estar e expectativas de futuro**

Joana Filipa Molhinho Almeida Paixão

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Social da Saúde

Orientadora:

Professora Doutora Sibila Marques, Investigadora em Pós-Doutoramento
ISCTE-IUL

Co-orientador:

Professor Doutor Miguel Ramos, Investigador em Pós-Doutoramento
ISCTE-IUL

Outubro, 2013

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação de mestrado contou com o apoio de várias pessoas, a quem desejo expressar o meu agradecimento.

À Professora Sibila Marques, a minha orientadora, e ao Professor Miguel Ramos, o meu co-orientador, por todo o apoio, disponibilidade, sugestões e conhecimentos que me transmitiram.

A todos os que, de alguma forma, participaram no estudo e contribuíram para a sua realização.

Ao Tiago, pelo apoio e motivação que me transmitiu ao longo deste trabalho.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família. Em especial ao meu irmão, Luís, aos meus pais, Maria e Luís, à Tia Francisca e ao Tio Jacinto. Obrigada por tudo!

Resumo

A Psicologia Social começou a interessar-se em estudar a discriminação com foco nos membros de grupos discriminados. As respostas destes indivíduos à discriminação dependem não só da sua prevalência, mas também da avaliação da sua legitimidade. A discriminação pode ter consequências negativas para a saúde dos indivíduos, mas se for avaliada como ilegítima, tende a aumentar a identificação com o grupo, o que cria um efeito protetor e atenua as consequências negativas que dela advêm. Este trabalho teve como objetivo estudar os efeitos da avaliação de legitimidade da discriminação na identificação com o grupo e em indicadores de saúde nos jovens. Participaram neste estudo 80 jovens, com idades entre os 18 e os 33 anos. Os resultados foram de encontro ao esperado e foi encontrado suporte à hipótese de que a avaliação de legitimidade da discriminação modera a relação entre a prevalência da discriminação e a identificação com o grupo, o bem-estar, a autoestima e as expectativas de futuro dos jovens.

Palavras-chave: Perceção Social; Processos Interpessoais; Discriminação; Avaliação de Legitimidade; Juventude.

Abstract

Social Psychology has started to become interested in studying discrimination with a focus on members of discriminated groups. The responses of these individuals to discrimination depend on the pervasiveness of discrimination and on discrimination legitimacy appraisals. Discrimination can have negative consequences for health, but when perceived as illegitimate, there is a tendency to increase group identification, which creates a protective effect and attenuates the negative consequences. This work aimed to study the effects of legitimacy appraisals in group identification and health indicators of young people. Participants were 80 young people aged between 18 and 33 years old. The results were in line with our expectations and we found support for our hypothesis that legitimacy appraisals moderate the relationship between pervasive discrimination and group identification, well-being, self-esteem and expectations for the future of young people.

Key-Words: Social Perception; Interpersonal Processes; Discrimination; Legitimacy Appraisal; Young.

Índice

| | |
|---|-----|
| Resumo | iii |
| Abstract | iv |
| I. INTRODUÇÃO | 1 |
| II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 3 |
| 2.1. Juventude e mudanças na sociedade | 3 |
| 2.2. Discriminação social baseada na idade | 5 |
| 2.3. Discriminação contra os jovens | 5 |
| 2.4. Teoria da Identidade Social | 8 |
| 2.5. Respostas à discriminação | 10 |
| 2.6. Consequências da discriminação: efeitos na identificação grupal, bem-estar, autoestima e expectativas de futuro..... | 12 |
| 2.7. Objetivos | 16 |
| 2.8. Hipóteses | 17 |
| III. MÉTODO | 19 |
| 3.1. Design | 19 |
| 3.2. Participantes | 19 |
| 3.3. Instrumentos | 19 |
| 3.4. Procedimento | 22 |
| IV. RESULTADOS | 23 |
| 4.1. Verificação das Manipulações | 23 |
| 4.2. Identificação com o grupo | 24 |
| 4.3. Bem-estar..... | 25 |
| 4.4. Autoestima | 25 |
| 4.5. Expectativas de futuro | 26 |
| 4.6. Correlações entre as variáveis | 27 |
| V. DISCUSSÃO | 29 |
| Referências Bibliográficas | 33 |
| Anexos | 37 |

Índice de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 4.1.1: Médias dos efeitos da avaliação de legitimidade e prevalência da discriminação nas variáveis estudadas | 26 |
| Quadro 4.6.1: Matriz de correlações entre as variáveis | 27 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 2.8.1: Efeito esperado da avaliação de legitimidade da discriminação | 18 |
|--|----|

I. INTRODUÇÃO

A discriminação tem sido estudada no âmbito da Psicologia Social, focando a forma como os grupos dominantes mantêm um estatuto social elevado e como exercem discriminação em relação aos grupos menos valorizados. Contudo, começaram a surgir investigações que focam a discriminação do ponto de vista dos grupos discriminados e as respostas destes grupos à discriminação (e.g. Dion, 2002).

A percepção de discriminação pode ter um impacto negativo no bem-estar e autoestima dos indivíduos (Branscombe, Schmitt, & Harvey, 1999), porém, essas consequências negativas resultantes da discriminação podem ser atenuadas através da identificação com o grupo de pertença (Jetten et al., 2011). A forma como os membros de grupos discriminados reagem à discriminação depende da sua prevalência e da avaliação da sua legitimidade. Em situações de discriminação frequente, existe tendência para um afastamento do indivíduo em relação ao endogrupo, caso a discriminação seja vista como legítima. No entanto, se for avaliada como ilegítima, tende a aumentar a identificação com o grupo de pertença e, assim, contrariar os efeitos negativos da discriminação (Jetten et al., 2011).

A discriminação baseada na idade contra os jovens tem vindo a acentuar-se significativamente nas sociedades modernas (Marques, 2011). Enquanto outros tipos de discriminação, como a racial por exemplo, tendem a ser consideradas como ilegítimas e condenadas pela sociedade, a discriminação em relação à idade ainda se caracteriza por uma retórica apoiada na legitimidade. Ou seja, os jovens são frequentemente afastados de oportunidades de emprego ou desvalorizados em relação a outros grupos etários de uma forma legítima pois considera-se que estes, por exemplo, sejam mais imaturos, irresponsáveis, ou tenham menos experiência. Aliado a estas questões, há ainda a problemática de existirem leis que legitimam as idades para votar, conduzir, ou ter acesso a determinados serviços. Por estas razões, a problemática da legitimação de discriminação em relação à idade ganha uma relevância maior do que na discriminação de outros grupos desfavorecidos. Apesar da relevância da legitimidade para a discriminação em relação aos jovens, não existem estudos anteriores e é sobre este

importante vazio teórico e empírico que se debruça o presente trabalho. Desta forma, com base no trabalho de Jetten e colaboradores (2011), pretende-se estudar os efeitos da avaliação da legitimidade da discriminação na identificação dos jovens com o grupo de pertença e em indicadores de bem-estar, autoestima e expectativas de futuro.

Este trabalho inicia-se com o enquadramento teórico, em que se caracterizam os percursos atuais da juventude de um modo geral, seguindo-se o tema da discriminação contra este grupo etário. É também abordada a Teoria da Identidade Social, as respostas dos grupos à discriminação e as consequências dessa discriminação para os seus alvos. De seguida é explicado o objetivo e as hipóteses em estudo, apresentado o método, em que se descreve o estudo e os instrumentos utilizados. Finalmente, são apresentados e discutidos os resultados obtidos à luz da teoria e das implicações sociais neste domínio.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Juventude e mudanças na sociedade

O conceito de juventude não é fácil de definir. Para tal, devem ter-se em conta as várias mudanças que a sociedade tem vindo a sofrer, das quais têm resultado importantes alterações a nível demográfico, económico e cultural (Pappámikail, 2005). Algumas definições limitam o conceito de jovem apenas a um intervalo de idades, mas a sua definição é mais complexa. Considera-se que a forma como se finaliza esta fase também deve ser estudada, e as transições entre a juventude e a vida adulta têm surgido no interesse dos investigadores (Pais, Cairns & Pappámikail, 2005). As últimas três décadas foram marcadas por alterações na sociedade que tiveram impacto em domínios como a educação e o mercado de trabalho. Assim, ao falar de juventude, devem ter-se presentes as transformações que têm ocorrido na sociedade, uma vez que estas têm impacto na condição dos jovens e na sua transição para a vida adulta.

A juventude remete-nos para uma categoria temporal, em que devem ser englobados os conceitos de trajetórias e de transições (Calvo, 2011). A trajetória refere-se ao percurso do jovem desde que termina a sua infância, até ao momento em que atinge a idade adulta. Já as transições referem-se às várias etapas que fazem parte da trajetória do jovem ao longo da vida, como a escolaridade, a entrada no mercado de trabalho, a conjugalidade e a parentalidade. O conjunto de etapas percorrido pelos jovens entre a infância e a idade adulta é outro dos domínios que sofreu várias mudanças. Entre as alterações que se podem registar, verifica-se que atualmente a escolarização dos jovens dura cada vez mais tempo, os vínculos laborais são cada vez mais flexíveis e precários, existem elevados níveis de dependência familiar e a idade de algumas transições é cada vez mais tardia, como no caso da conjugalidade e parentalidade (Pappámikail, 2005). O aumento da duração dos estudos e o aumento da precariedade laboral, que condiciona o acesso dos jovens ao emprego, são fatores que contribuem para que a saída da casa dos pais ocorra cada vez mais tarde, adiando também a idade de outras transições (Pais et al., 2005). Como consequência, verifica-se

o aumento da dependência familiar, e assim a família funciona como uma fonte de suporte e apoio, quer emocional, quer material.

Para os jovens, existem dois fatores importantes associados à entrada na idade adulta, nomeadamente a saída da casa dos pais e a entrada no mercado de trabalho (Pappámikail, 2005). Relativamente ao mercado de trabalho, os jovens são bastante atingidos pelo desemprego, sendo este um dos problemas que mais preocupa os jovens (Vieira, 2006). Atualmente, a entrada no mercado de trabalho e a vida profissional dos jovens são diferentes das gerações anteriores, verificando-se bastantes dificuldades em encontrar um emprego estável e elevadas taxas de desemprego. A taxa de desemprego de jovens com idades entre os 15 e 24 anos é de cerca de 42%, e de jovens com idades entre os 25 e 34 anos é de cerca de 21% (INE, 2013).

Sabe-se ainda que Portugal é um dos países da Europa com vínculos laborais mais frágeis e em que essa fragilidade laboral persiste até mais tarde na vida dos jovens (Pappámikail, 2011). Os jovens com menores níveis de escolaridade e qualificação são os que têm mais dificuldade em encontrar um emprego estável, e este é um dos fatores que condiciona a construção do seu percurso de vida, como a transição para a conjugalidade, por não terem recursos suficientes (Pappámikail, 2005).

Estas mudanças na sociedade levaram à alteração dos percursos de vida dos jovens, que atualmente são diferentes dos percursos das gerações anteriores, e podem ter consequências em áreas como a saúde, o mercado de trabalho e as relações que se estabelecem entre os vários grupos etários (Pappámikail, 2005). Tem-se verificado uma crescente desestruturação social, impedindo os jovens de determinar o seu percurso, como faziam as gerações anteriores, em que as trajetórias dos jovens eram determinadas pelo estatuto da família, e em que a juventude durava menos tempo, ou seja, a entrada na idade adulta ocorria mais cedo (Calvo, 2011). Hoje já não se pode seguir uma determinada sequência de etapas no percurso para a idade adulta. Verifica-se também uma crescente individualização, ou seja, a crescente adoção de valores centrados no indivíduo, em que se realça a importância de valores como autonomia e diversão (Pappámikail, 2005).

2.2.Discriminação social baseada na idade

A discriminação é geralmente definida como o tratamento negativo que se baseia na pertença a um determinado grupo social (Dion, 2002; Jetten et al., 2011). Existem várias formas de discriminação, tais como a discriminação racial ou a discriminação de género. Neste estudo, aborda-se a discriminação com base na idade, um marcador social importante que permite definir os papéis dos diferentes grupos etários, dividindo-se normalmente em três ou mais categorias (Marques, 2011). Neste sentido, salienta-se o processo de categorização, visto que o grau em que as pessoas se categorizam num determinado grupo social pode ter um papel importante na discriminação contra os grupos (Hogg & Abrams, 1988).

A idade é uma das características que podemos observar em primeiro lugar nas outras pessoas e funciona como um guia para o nosso comportamento nas interações com os outros, permitindo fazer inferências acerca desses indivíduos, com base nas categoriais existentes. A discriminação é uma das dimensões do Modelo Tripartido de Atitude (Breckler, 1984; Eagly & Chaiken, 1993). De acordo com este modelo, as atitudes são compostas por três dimensões: afetiva, cognitiva e comportamental. A dimensão afetiva refere-se aos preconceitos, a dimensão cognitiva refere-se aos estereótipos e a dimensão comportamental está associada à discriminação. Deve ainda referir-se que a discriminação, incluindo a discriminação baseada na idade, atenta contra os direitos humanos, como descrito no artigo 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que proíbe qualquer tipo de discriminação (Jornal Oficial da União Europeia, 2010).

2.3.Discriminação contra os jovens

Existem ainda poucos dados sobre a discriminação contra o grupo dos jovens. Contudo, devem ter-se em conta alguns dados apresentados no European Social Survey,

de 2008/2009 (Abrams, Russell, Vauclair, & Swift, 2011). Estes dados indicam que o grupo dos jovens é percebido como um grupo um estatuto inferior ao do grupo da meia-idade, é visto com admiração e inveja, e é percebido como uma ameaça em termos de emprego e de criminalidade. Verifica-se ainda que os indivíduos com idades entre os 15 e 24 anos são os que relatam mais experiências de discriminação, nomeadamente, 55% dos inquiridos nesta faixa etária indicam que já foram discriminados devido à sua idade.

Relativamente a Portugal, os dados demonstram que 23% dos jovens inquiridos, no mesmo intervalo de idades, indicam que já foram tratados com falta de respeito devido à sua idade. Em países como a Finlândia e a Suécia esta forma de discriminação é bastante acentuada, com mais de 70% de jovens a indicarem já terem sido vítimas de discriminação baseada na sua idade.

Em termos de discriminação laboral, existe nos Estados Unidos da América uma lei que proíbe a discriminação etária no trabalho contra pessoas com 40 ou mais anos de idade (ADEA, 1967), não se fazendo referência à discriminação que pode ocorrer contra os indivíduos com idades inferiores.

Um trabalho sobre discriminação na União Europeia (Eurobarómetro, 2009) revela que 53% dos inquiridos em Portugal considera a discriminação devido à idade algo comum, e que 48% considera que o primeiro critério tido em conta na escolha de candidatos para um emprego é a idade. De facto, e como referido anteriormente, os jovens encontram atualmente bastantes dificuldades na procura de emprego (Pappámikail, 2005). As taxas de desemprego são elevadas e fala-se em discriminação dos jovens quando, por exemplo, os anúncios de emprego pedem candidatos com elevada experiência profissional, o que considerando que os estudos dos jovens duram até mais tarde, exclui muitos deles do acesso a esses empregos. A discriminação dos jovens no emprego tem sido abordada em alguns jornais internacionais, como o *The Guardian* (Snowdon, 2012), considerando que os jovens têm menos valores morais e são menos competentes para o emprego que os mais velhos.

De acordo com Sargeant (2013), os estereótipos sobre a idade podem dar origem a um tratamento diferente das pessoas de uma determinada faixa etária, e os trabalhos parecem focar-se nos indivíduos de mais idade. Contudo, um estereótipo acerca das

peessoas idosas pode ser ao mesmo tempo um estereótipo sobre os jovens. No caso do emprego, considerar que as pessoas mais velhas são mais responsáveis e cuidadosas em relação ao seu trabalho, implica que os jovens são menos responsáveis e cuidadosos, o que pode influenciar o acesso dos jovens ao emprego (Sargeant, 2013). Ainda em relação ao emprego, um estudo realizado na Nova Zelândia demonstra que, por comparação aos trabalhadores mais velhos, os jovens são vistos como um grupo com menor motivação, menor ética no trabalho e menor lealdade para com o seu empregador (McGregor & Gray, 2002).

Os estereótipos culturais definem uma categoria social de forma coletiva e são partilhados por uma determinada cultura. Um estudo realizado por Marques, Lima & Novo (2006) procurou conhecer os traços estereotípicos relativos ao grupo dos jovens e ao grupo dos idosos em Portugal. Os participantes foram jovens e idosos aos quais se pediu que referissem as características de cada grupo e que indicassem em que medida consideram que as pessoas associam determinadas características a cada um dos grupos. Os resultados mostraram que “bonitos”, “ativos”, “irresponsáveis” e “independentes” são alguns dos traços associados estereotipicamente aos homens e mulheres jovens em Portugal. Portanto, verifica-se que, apesar de conter traços positivos, o estereótipo de jovens também inclui representações negativas que podem ter consequências principalmente no acesso ao emprego (ex.: irresponsáveis).

Sabe-se que as representações associadas aos diferentes grupos sociais têm uma importante influência nas atitudes face a esses grupos, bem como no comportamento e bem-estar dos próprios grupos (e.g. Branscombe et al., 1999). De facto, os jovens são vistos como uma ameaça aos valores sociais, ameaça que pode ter influência na discriminação contra este grupo etário (Lima, Marques, Baptista & Ribeiro, 2010).

Apesar de existirem poucos dados, este tipo de discriminação contra os jovens tem vindo a verificar-se de forma acentuada na Europa (Marques, 2011), o que torna importante abordar esta questão.

2.4. Teoria da Identidade Social

A discriminação pode ser analisada através da Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979, citado por Hogg & Abrams, 1988). De acordo com esta teoria, a sociedade encontra-se estruturada em diferentes categorias sociais suportadas por relações de estatuto e poder entre essas categorias, e engloba os conceitos de identidade social, categorização e comparação social (Hogg & Abrams, 1988).

Os seres humanos não vivem isolados. Pelo contrário, são seres sociais e vivem inseridos numa sociedade formada por grupos sociais. Esses grupos fornecem ao indivíduo um sentimento de identidade social (Tajfel, 1982). Todos pertencemos a grupos e quando referimos grupos sociais importantes, como a família ou os amigos, não nos referimos a eles como “outros”, mas sim como “nós”. A pertença a grupos sociais traz ao indivíduo benefícios a nível psicológico, sentimentos de inclusão e pertença, sentimento de ser importante, contribui para a autoestima e pode também ajudar o indivíduo a lidar com as consequências negativas que podem surgir por pertencer a determinado grupo (Haslam, Jetten, Postmes & Haslam, 2009).

Um grupo social é composto por dois ou mais indivíduos que se percebem como membros da mesma categoria e que partilham a mesma identidade social. De acordo com Tajfel (1982), a identidade social é o conhecimento de pertença a um grupo social, associado ao significado emocional e avaliativo dessa pertença.

A categorização, por sua vez, é um processo cognitivo que simplifica a percepção e permite ao indivíduo organizar a informação sobre o que o rodeia através de categorias (Hogg & Abrams, 1988). As categorias sociais dividem as pessoas com base em determinadas características, como a raça ou a religião. Este processo funciona através da acentuação de semelhanças e diferenças entre as categorias, resultando num efeito de acentuação (Tajfel, 1982). Categorizar os outros implica a categorização do próprio indivíduo. É um processo que ocorre geralmente com base em semelhanças e diferenças em relação ao *self*, e os outros podem ser incluídos na mesma categoria que o *self* (e são considerados membros do endogrupo) ou em categorias diferentes (e fazem parte do exogrupo). A categorização produz percepções estereotipadas, ou seja, a

percepção de que todos os membros de um grupo social partilham uma determinada característica que os distingue dos outros. Uma vez que existe necessidade de ter uma identidade positiva, esta diferenciação entre categorias tenderá a favorecer o grupo de pertença.

Tendo em conta esta teoria, verifica-se que existe uma necessidade de identidade positiva e um grupo só pode contribuir para essa identidade quando se diferencia de forma positiva dos outros grupos (Hogg & Abrams, 1988; Tajfel, 1982). Desta forma, nas comparações sociais, outro dos conceitos associados a esta teoria, existe a tendência para acentuar as diferenças grupais, principalmente nas dimensões que permitem uma avaliação positiva do endogrupo. Uma avaliação positiva do endogrupo contribui para a identidade positiva do indivíduo e fornece uma maior autoestima e bem-estar. Esta teoria sugere que, para além da importância de os indivíduos saberem que pertencem a grupos, é também importante saberem que os grupos de pertença se diferenciam dos outros grupos. A categorização e a comparação social dão origem ao comportamento intergrupar, que inclui processos como o favoritismo pelo endogrupo e discriminação. O comportamento intergrupar refere-se assim à forma como os indivíduos se comportam face a membros de outros grupos sociais (Hogg & Abrams, 1988).

Os indivíduos nascem numa sociedade em que já existem categorias sociais, em que os grupos considerados dominantes são mais valorizados, tentam impor a sua ideologia e manter o seu estatuto social superior, e podem ser colocados em categorias subordinadas. A pertença a grupos subordinados pode originar uma identidade social negativa e baixa autoestima, o que pode levar os indivíduos a tentar alterar o seu estatuto na sociedade (Hogg & Abrams, 1988). Os diferentes estatutos existentes na sociedade podem ser percebidos como legítimos e estáveis. Quando o estatuto de um grupo é consensual, diminui a pressão para o alterar. No caso de um estatuto baixo, mas visto como legítimo, pode existir como consequência uma identidade social negativa. Desta forma, a procura de uma identidade mais positiva será influenciada pelas percepções sobre a natureza intergrupar e pela legitimidade e estabilidade do estatuto social. A tentativa para alterar o estatuto de um grupo é então influenciada pelas crenças sobre a estrutura da sociedade, que podem ser de dois tipos: mobilidade social e

mudança social. A mobilidade social envolve a crença de que as fronteiras entre os grupos sociais são permeáveis, o que torna possível a mudança para outro grupo. Este sistema de crenças pode funcionar como a base para que os indivíduos tentem abandonar o seu grupo e procurem outro que possa contribuir para uma identidade mais positiva e satisfatória. Esta estratégia pode melhorar a condição individual, contudo não altera o estatuto do grupo. Já a mudança social envolve a crença de que as fronteiras entre os grupos estão fechadas ou são impermeáveis, não permitindo a mudança para um grupo de estatuto mais elevado (Hogg & Abrams, 1988), e neste caso podem ser adotados dois tipos de estratégias, nomeadamente a criatividade social e a competição social. A criatividade social ocorre quando as relações entre os grupos são vistas como legítimas e estáveis, e os indivíduos podem procurar novas dimensões para basear as comparações sociais, podem alterar o valor que associam às dimensões em que são avaliados, e podem ainda procurar outros grupos para as suas comparações sociais, de forma a comparar o endogrupo com outro de estatuto ainda mais baixo. A competição social ocorre quando o estatuto é posto em causa e considerado ilegítimo. Neste caso, os membros do grupo têm um motivo para tentar a mudança do seu estatuto, por exemplo, através da reivindicação de melhor tratamento para o endogrupo.

Por pertencerem a uma sociedade composta por variados grupos sociais, as opiniões e comportamentos das pessoas são influenciados pelos grupos aos quais pertencem. Os grupos têm um grande impacto na identidade pessoal de um indivíduo, no seu conceito sobre quem é e na forma como se relaciona com os outros. As relações entre grupos podem explicar o processo da discriminação social (Hogg & Abrams, 1988), e é importante analisar como se comportam os indivíduos quando são vítimas de comportamentos discriminatórios.

2.5.Respostas à discriminação

Ao estudar a discriminação, para além de focar os grupos mais valorizados da sociedade, os grupos dominantes e a forma como mantêm o seu estatuto social superior,

é importante analisar também a forma como podem reagir os alvos desse comportamento.

Quando os indivíduos enfrentam situações de discriminação devido à sua pertença a um grupo social, podem reagir de forma individual ou coletiva (Jetten et al., 2011). Se os indivíduos reagirem de forma individual, ocorre um distanciamento do grupo, mas se reagirem de forma coletiva, vai aumentar o compromisso e a identificação com o grupo de pertença.

A discriminação pode ocorrer em dois contextos: discriminação frequente ou prevalente, quando ocorre num elevado número de contextos sociais; e situacional ou rara, quando a discriminação se limita a um número reduzido de contextos sociais (Jetten et al., 2011). De acordo com a Teoria da Identidade Social, as respostas à discriminação dependem da avaliação do contexto em que o grupo está inserido. Em situações de discriminação rara, está menos limitada a possibilidade de aceitação individual, relacionando-se com a mobilidade social, em que o indivíduo se pode afastar das consequências negativas da discriminação de que é vítima. Quando a discriminação social devido à pertença a um grupo é percebida como rara, há menor probabilidade de ocorrerem respostas coletivas, uma vez que o tratamento negativo ou diferenciado não é associado à pertença grupal. Pelo contrário, quando a discriminação é percebida como frequente, existe tendência para se verificarem respostas coletivas e um aumento da identificação com o grupo de pertença.

Tradicionalmente, a Teoria da Identidade Social aborda a legitimidade ou ilegitimidade do estatuto social dos grupos. Contudo, mais recentemente alguns autores introduziram a noção de legitimidade e ilegitimidade da discriminação (Jetten et al., 2011).

A discriminação é geralmente considerada injusta ou ilegítima, mas existem situações em que é avaliada como legítima ou justificável pelos próprios alvos dessa discriminação (e.g. Crandall, Eshleman, & O'Brien, 2002), como é o caso da impossibilidade de indivíduos com VIH serem dadores de sangue, ou os menores de idade não poderem tirar a carta de condução. Contudo, situações como a não contratação para um emprego devido à religião de um candidato, são avaliadas como

ilegítimas. Desta forma, deve procurar compreender-se se existem diferentes respostas dos indivíduos nas situações em que avaliam a discriminação de que são alvo como justa e nas situações em que essa discriminação é avaliada como injusta (Jetten et al., 2011), e verifica-se que as respostas à discriminação dependem não só do contexto em que esta ocorre (frequente ou rara), mas também da avaliação da sua legitimidade pelos alvos da discriminação (Jetten et al., 2011).

De acordo com a Teoria da Identidade Social, as respostas de um grupo discriminado dependem do contexto em que ocorre a discriminação e as pesquisas anteriores demonstram que a discriminação pode ter consequências na identificação com o grupo. Um contexto de discriminação frequente pode causar dificuldades na capacidade dos membros do grupo para conseguirem a sua aceitação como indivíduos. Já de acordo com o estudo de Jetten et al. (2011), considera-se que um grupo aceita melhor o seu estatuto na sociedade se este for avaliado como legítimo, e nesta situação a identificação com o grupo tenderá a ser menor. Ou seja, a identificação com o grupo tenderá a ser menor se o grupo avaliar o seu baixo estatuto como justo ou legítimo.

2.6. Consequências da discriminação: efeitos na identificação grupal, bem-estar, autoestima e expectativas de futuro

A literatura sobre discriminação tem focado a forma como os grupos dominantes exercem essa discriminação sobre os grupos minoritários, mas começou a existir interesse em investigar a questão do ponto de vista das vítimas da discriminação (e.g. Dion, 2002). Assim, as investigações têm procurado compreender de que forma os membros de grupos subordinados lidam com a discriminação.

Ser vítima de discriminação pode ter efeitos na autoestima e bem-estar dos indivíduos (Dion, 2002; Major, McCoy, Kaiser, & Quinton, 2003). Contudo, a identificação com o grupo de pertença pode ter um importante papel na forma como os membros de grupos discriminados lidam com a discriminação (e.g. Major et al., 2003), considerando-se que a identificação é uma das variáveis que modera os efeitos da

discriminação na autoestima e bem-estar dos indivíduos. O modelo de identificação – rejeição (Branscombe et al., 1999) aborda esta questão. Este modelo foi desenvolvido de modo a analisar as consequências da discriminação para grupos de baixo estatuto, num trabalho que teve como objetivo alargar os estudos sobre os grupos subordinados. Este trabalho sugere que ser alvo de preconceito ou discriminação afeta a autoestima dos indivíduos, pois ao reconhecerem a rejeição por parte do grupo dominante, interiorizam uma visão negativa do endogrupo, o que resulta na diminuição da autoestima. Este sentimento de rejeição pode então ter implicações a nível da autoestima, ansiedade e depressão.

Quando o grupo minoritário reconhece que existem barreiras entre os grupos e não é possível que ocorra a mobilidade social, surge a oportunidade de aumentar o grau de identificação com o endogrupo. Uma vez que as fronteiras entre grupos são fechadas e os indivíduos não se conseguem aproximar de um grupo mais valorizado, a identificação social pode aumentar devido à necessidade pessoal de sentir proximidade e pertença (Branscombe et al., 1999). Neste caso, em que existe um distanciamento em relação ao grupo dominante, os membros do grupo minoritário vão ter a perceção de que é melhor continuar no seu grupo (Ramos et al., 2013). Aumentar a identificação com o grupo discriminado torna-se na estratégia que permite ao indivíduo sentir-se integrado e aumentar o seu bem-estar. Assim, além dos efeitos na autoestima dos indivíduos, a discriminação influencia também o bem-estar, numa relação moderada pela identificação com o grupo (Branscombe et al., 1999).

De acordo com este modelo, as consequências da discriminação dependem do contexto em que ocorre, ou seja, se ocorre em poucos contextos sociais, ou se ocorre de uma forma generalizada e em vários contextos, considerando-se neste caso que é uma discriminação elevada e estável. Quando a discriminação é estável, e por isso é esperado que ocorra em vários contextos sociais, o grupo não consegue alterar o seu estatuto, e nesta situação ocorre uma diminuição do bem-estar. Quando a discriminação é estável e aceitável, ou legítima, os elementos do grupo sentem que merecem esse tratamento negativo, o que provoca um efeito negativo no bem-estar e autoestima das vítimas da discriminação (Branscombe et al., 1999).

Verifica-se assim que a percepção de discriminação pode ter um impacto negativo ao nível da autoestima e bem-estar dos membros do grupo discriminado, bem como em fatores como a ansiedade e depressão. Contudo, um aumento da identificação com o grupo pode contrariar estas consequências negativas, uma vez que dota os indivíduos com um sentimento de pertença e inclusão, fornece um sentimento de proteção e atenua os efeitos negativos que a discriminação pode ter sobre o bem-estar (Branscombe et al., 1999).

Este trabalho tem como uma das suas bases o estudo de Jetten et al. (2011), que foi realizado com o objetivo de perceber qual o efeito que a avaliação da legitimidade da discriminação tem nas respostas de grupos discriminados, nomeadamente na identificação com o grupo e na intenção de participar em ações coletivas em favor do grupo de pertença. Nesta investigação foram conduzidos dois estudos, o primeiro com mulheres no local de trabalho e o segundo com indivíduos fumadores. Para testar as hipóteses, foram realizadas manipulações da percepção de discriminação (frequente ou rara) e da legitimidade (discriminação legítima ou ilegítima). No primeiro estudo, a percepção de discriminação foi manipulada através de informações sobre a discriminação de género, descrita como frequente em vários contextos na condição de discriminação frequente, e como pouco frequente ou rara na vida das mulheres na condição de discriminação rara. No segundo estudo, esta manipulação foi efetuada através de informações sobre as restrições que os indivíduos podem encontrar devido à proibição de fumar em locais públicos. Na condição de discriminação frequente, foi referido que se espera um aumento do número de contextos afetados pela proibição de fumar, ou seja, os indivíduos podem esperar restrições num elevado número de contextos. Já na condição de discriminação rara, foi referido que não se espera um aumento dessas restrições, podendo então esperar que a proibição ocorra em poucas situações. As manipulações de legitimidade foram, nos dois casos, efetuadas através de falso feedback de outros elementos do grupo, com a sua opinião sobre a legitimidade da discriminação. Numa das condições, a discriminação foi descrita como justa, e noutra como injusta.

Foi proposto que a avaliação da legitimidade funcione como moderador do efeito da discriminação elevada na identificação com o grupo. Mais especificamente,

propõe-se que, quando a discriminação é avaliada como ilegítima, a identificação com o grupo tenderá a ser maior quanto mais elevada for a prevalência ou a percepção de discriminação. Por outro lado, quando a discriminação é avaliada como legítima, espera-se que essa identificação diminua, uma vez que é afetada a possibilidade de alterar a condição do grupo. Em suma, os autores propuseram que, quando a discriminação é vista como legítima, quanto mais elevada for a percepção de discriminação, menor será a identificação com o grupo.

Os resultados obtidos nesta investigação (Jetten et al., 2011) confirmaram a hipótese proposta, de que a avaliação da legitimidade modera o efeito resultante da percepção da discriminação. Verificou-se uma diminuição da identificação quando a discriminação é avaliada como legítima e frequente, o que por sua vez provoca a diminuição da disponibilidade de tomar ações coletivas. Esta investigação permite salientar que a avaliação de legitimidade da discriminação tem um importante efeito nas respostas dos grupos.

Demonstra-se assim que, se a discriminação for avaliada como legítima, fica bloqueada a possibilidade de mudança e de atingir uma identidade social mais positiva, levando ao distanciamento do grupo que é discriminado. Por outro lado, quando a discriminação é avaliada como ilegítima, ocorre um aumento da identificação com o grupo de pertença.

Para além de influenciar a identificação grupal, a autoestima e o bem-estar dos indivíduos, assume-se no presente trabalho que a discriminação pode também ter impacto nas expectativas para o futuro (Schmitt & Branscombe, 2002, citado por Garstka, Schmitt, Branscombe, & Hummert, 2004). As perspetivas de futuro podem ser descritas como as expectativas que os indivíduos têm sobre eventos futuros, e de acordo com Lewin (1951, citado por Coudin & Lima, 2011), podem influenciar o comportamento, uma vez que as pessoas são influenciadas pela visão que têm do seu futuro. O futuro pode ser visto como fechado ou aberto. A percepção de que se tem o futuro em aberto e a vida toda pela frente pode ser associada aos jovens. O estudo de Lang & Carstensen (2002) indica que os jovens tendem a ver o seu futuro mais aberto do que no caso dos idosos.

O estatuto dos jovens é percebido como inferior ao do grupo da meia-idade, ou seja, os jovens encontram-se numa posição social inferior. Contudo, este estatuto não é permanente, uma vez que os jovens irão mais tarde passar para um grupo mais valorizado, o da meia-idade. Visto que este estatuto é transitório, pode haver tendência a considerar que os efeitos da discriminação não terão um impacto muito acentuado nos jovens (Garstka et al., 2004). Ainda assim, deve ter-se em conta que as consequências da discriminação dependem do contexto em que esta ocorre, e quando a discriminação é estável e ocorre num elevado número de contextos sociais, leva a que os indivíduos possam esperar encontrar esse tratamento negativo com frequência no futuro (Branscombe et al., 1999), podendo limitar as expectativas de futuro dos jovens. A percepção de que se irá encontrar discriminação no futuro pode reduzir as expectativas dos jovens sobre as suas oportunidades futuras. Deve ainda ter-se em consideração que as expectativas de futuro estão relacionadas com a saúde. O estudo de Coudin & Lima (2011) indica que a saúde percebida está relacionada de forma positiva com as expectativas de futuro, ou seja, os indivíduos com melhor saúde percebida têm uma visão mais positiva do seu futuro.

2.7.Objetivos

Este estudo baseia-se na Teoria da Identidade Social e no trabalho de Jetten et al. (2011), em conjunto com a importância de explorar o tema da discriminação contra os jovens. A discriminação pode ter impacto em aspetos como a identificação grupal, autoestima, bem-estar e expectativas de futuro. Contudo, existem poucos estudos sobre o papel da avaliação da legitimidade da discriminação e os seus efeitos para os indivíduos de grupos discriminados. Assim, este é um estudo inovador na medida em que se aplica a um grupo etário, pois os outros trabalhos foram dirigidos a mulheres em organizações e a fumadores. Acrescenta-se ao estudo de Jetten et al. (2011) o objetivo de estudar os efeitos da avaliação da legitimidade da discriminação em indicadores de

saúde, e procura avaliar também os seus efeitos sobre as expectativas de futuro dos jovens.

Ao estudar o tema da discriminação, é importante analisar a forma como os indivíduos reagem quando são discriminados. Sabe-se que, quando a discriminação é considerada legítima, a identificação com o grupo tende a ser menor, pois fica bloqueada a hipótese de tentar alterar o estatuto do grupo. Já se a discriminação for vista como ilegítima, essa identificação com o grupo de pertença aumenta.

Quando a discriminação é generalizada e ocorre num elevado número de contextos, podem existir efeitos negativos no bem-estar e autoestima dos indivíduos. No entanto, estes efeitos negativos podem ser ultrapassados ou atenuados através da identificação com o grupo, que fornece ao indivíduo um sentimento de aceitação e pertença. Por sua vez, quando a discriminação é rara, existe maior tendência a haver respostas individuais, uma vez que esse tratamento não é associado à pertença grupal.

Desta forma, espera-se que, quando a discriminação é frequente e avaliada como ilegítima, a identificação com o grupo aumente, e por consequência, aumente igualmente o bem-estar e as expectativas de futuro dos jovens. Se, pelo contrário, a discriminação é frequente e é avaliada como justa ou legítima, espera-se que a identificação diminua e, assim, haja um impacto negativo no bem-estar e nas expectativas de futuro.

Desta forma, este trabalho tem como principais objetivos estudar os efeitos da avaliação de legitimidade da discriminação na identificação com o grupo, e estudar o impacto da discriminação e da avaliação da sua legitimidade na saúde, bem-estar e expectativas de futuro dos jovens.

2.8.Hipóteses

Prevê-se que a avaliação da legitimidade da discriminação modere a relação entre a perceção de discriminação e a identificação com o grupo, bem-estar e expectativas de grupo dos jovens. Assim, coloca-se a seguinte hipótese:

H1: A legitimidade modera a relação entre a percepção de discriminação, a identificação com o grupo, o bem-estar e as expectativas de futuro dos jovens.

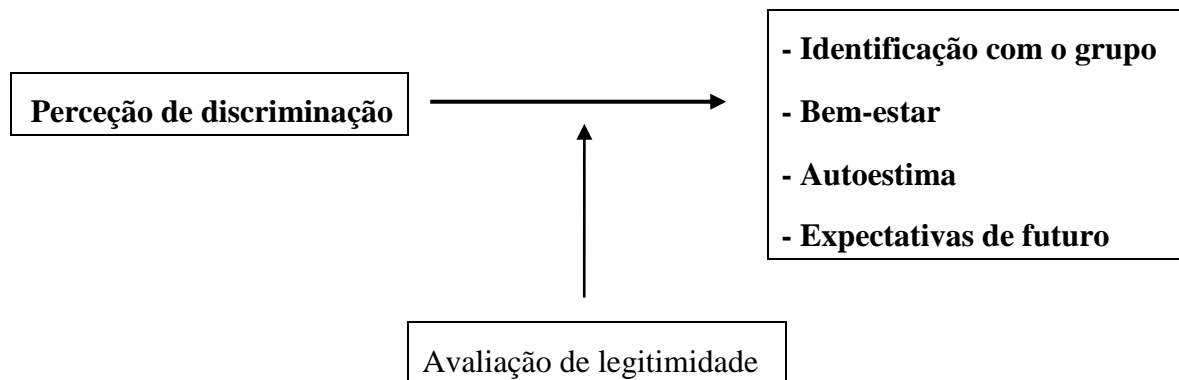
H1a: Quando a discriminação é avaliada como legítima, o aumento da percepção de discriminação provoca a diminuição da identificação com o grupo, do bem-estar e das expectativas de futuro.

H1b: Quando a discriminação é avaliada como ilegítima, o aumento da percepção de discriminação provoca o aumento da identificação com o grupo, do bem-estar e das expectativas de futuro.

Propõe-se que a avaliação de legitimidade modera a relação entre a percepção de discriminação nas variáveis indicadas, como esquematizado na figura seguinte.

Figura 2.8.1

Efeito esperado da avaliação de legitimidade da discriminação



III. MÉTODO

3.1.Design

O *design* deste estudo é de 2 X 2 (percepção de discriminação: frequente ou rara X avaliação de legitimidade: legítima ou ilegítima), e os participantes foram distribuídos aleatoriamente pelas quatro condições, num total de 20 participantes em cada uma das condições em estudo.

3.2.Participantes

Neste estudo participaram 80 jovens, dos quais 45 do sexo feminino e 35 do sexo masculino. Os participantes têm idades compreendidas entre os 18 e os 33 anos, e a média de idades é de cerca de 23 anos ($M = 23.21$, $DP = 3.663$). Relativamente à profissão, a maioria dos participantes é estudante (77,5%), e no que respeita às habilitações literárias, 75,5% dos participantes possui o 12º ano e 17,5% tem uma licenciatura.

3.3.Instrumentos

Prevalência e Legitimidade da discriminação. Foram feitas manipulações da percepção da discriminação e da avaliação de legitimidade da mesma (adaptado de Jetten et al., 2011). A percepção da discriminação foi manipulada através da criação de uma notícia fictícia, com informações sobre a discriminação que os jovens enfrentam atualmente face ao emprego, existindo uma condição em que a discriminação descrita é frequente (Anexo A), e outra que descreve que os jovens enfrentam poucas situações de

discriminação, ou seja, descreve uma discriminação rara (Anexo B). A avaliação de legitimidade da discriminação foi manipulada através de falsos relatos de outros jovens com a sua opinião sobre a discriminação. Num dos casos, os relatos dos jovens remetem para a ilegitimidade da discriminação (Anexo C), e no outro caso, as opiniões fictícias dos jovens remetem para uma discriminação legítima e compreensível (Anexo D). Para verificar a manipulação da percepção da discriminação foi criada uma escala de cinco itens (Anexo E), com uma escala de resposta entre 1 (discordo completamente) e 7 (concordo completamente). “Hoje em dia, os mais velhos discriminam os jovens” é o exemplo de um dos itens de avaliação desta manipulação. O índice de consistência interna obtido foi elevado ($\alpha = .92$). A manipulação da avaliação de legitimidade foi verificada igualmente através de cinco itens (Anexo F), com a mesma escala de resposta. “É compreensível que em algumas situações os jovens sejam tratados de modo diferente” é um dos itens criados para testar esta manipulação. Foi obtido um índice de consistência interna de .92.

Identificação com o grupo. Foi utilizada a Escala Multidimensional de Identificação (Leach et al., 2008), adaptada para português por Ramos e Alves (2011), para medir a identificação com o grupo dos jovens. Esta escala é composta por 14 itens divididos em cinco subescalas, nomeadamente auto-estereotipização, homogeneidade do endogrupo, centralidade, satisfação e solidariedade. As respostas foram dadas numa escala entre 1 (discordo completamente) e 7 (concordo completamente), em que valores de resposta mais altos indicam uma maior identificação. “É agradável ser um jovem” é um dos itens que fazem parte desta escala. A análise aos alfas de Cronbach indica bons índices de consistência interna em todas as subescalas: auto-estereotipização ($\alpha = .90$), homogeneidade do endogrupo ($\alpha = .78$), satisfação ($\alpha = .82$), solidariedade ($\alpha = .90$) e centralidade ($\alpha = .93$).

Bem-estar. Para avaliar o bem-estar foi utilizada a Escala de Bem-estar Subjetivo (Diener, 2000), composta por dois itens. O primeiro item é “Considerando todos os aspetos da sua vida, qual o grau de felicidade que sente?”, e tem uma escala de

resposta entre 0 (extremamente infeliz) e 10 (extremamente feliz). O segundo item é “Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a vida em geral?”, com uma escala de resposta entre 0 (extremamente insatisfeito) e 10 (extremamente satisfeito). A análise ao alfa de Cronbach indica um bom índice de consistência interna na escala de bem-estar ($\alpha = .88$).

Autoestima. Foi utilizada a *State Self-Esteem Scale* (Heatherton & Polivy, 1991), uma escala de autoestima de estado constituída por 20 itens divididos em três subescalas, nomeadamente performance, social e aparência. Neste trabalho foram utilizadas apenas as subescalas performance e social, compostas por um total de 12 itens, com uma escala de resposta entre 1 (discordo completamente) e 7 (concordo completamente), em que um valor mais alto revela um maior grau de autoestima. “Eu sinto-me confiante sobre as minhas capacidades” é um dos itens que compõem esta escala. A análise ao alfa de Cronbach indica um bom índice de consistência interna desta escala ($\alpha = .88$).

Expectativas de Futuro. Foi utilizada a Escala de Expectativas de Futuro (Lang & Carstensen, 2002), para avaliar as expectativas que os jovens têm em relação a eventos futuros. Este instrumento de medida é composto por nove itens, com uma escala de resposta entre 1 (discordo completamente) e 7 (concordo completamente). “Esperam-me muitas oportunidades no futuro” é o exemplo de um dos itens desta escala. Em relação à fidelidade, esta escala obteve um bom índice de consistência interna ($\alpha = .84$).

Questões sociodemográficas. De modo a obter informações sociodemográficas sobre os participantes, foram colocadas questões como idade, sexo, habilitações literárias e estatuto socioeconómico.

3.4.Procedimento

Os dados foram recolhidos em Universidades e associações de jovens. Os participantes foram convidados a participar num estudo sobre discriminação, e receberam o questionário com as manipulações e medidas. Foi explicado que poderiam parar a sua participação caso desajassem, e que os resultados se destinavam para esta investigação.

IV. RESULTADOS

Procurámos verificar se existiam efeitos da idade e do sexo dos participantes nas variáveis dependentes. Contudo, não se verificaram efeitos significativos destas variáveis, por isso estas variáveis não foram controladas nas análises subsequentes.

4.1. Verificação das Manipulações

Para verificar os efeitos das manipulações foram feitas duas ANOVAS fatoriais 2X2, utilizando como fatores a legitimidade da discriminação (legítima ou ilegítima) e a percepção da discriminação (frequente ou rara), e como variáveis dependentes separadamente a medida da avaliação de legitimidade e da percepção de discriminação. Verificou-se um efeito significativo da manipulação da discriminação na prevalência da discriminação, $F = 27.08$; $p < .05$; $\eta^2_p = .263$. Tal como esperado, a discriminação foi percebida como mais frequente na condição de discriminação frequente ($M = 5.08$; $DP = 0.99$) do que na condição de discriminação rara ($M = 3.91$; $DP = 0.98$). Do mesmo modo, verificou-se também um efeito da manipulação de legitimidade na avaliação de legitimidade, $F = 46.94$; $p < .05$; $\eta^2_p = .382$, já que a discriminação foi avaliada como mais legítima na condição de discriminação legítima ($M = 4.71$; $DP = 0.88$) do que na condição de discriminação ilegítima ($M = 3.31$; $DP = 0.99$).

A interação das duas manipulações não teve efeitos significativos na prevalência da discriminação, $F < 1$; $p = .772$; $\eta^2_p = .001$, nem na avaliação de legitimidade, $F < 1$; $p = .381$; $\eta^2_p = .010$, pelo que se verifica que as manipulações tiveram efeitos apenas sobre as variáveis que se pretendiam manipular.

Seguidamente, procurámos avaliar os efeitos destas manipulações nas variáveis dependentes em estudo (ver Quadro 4.1.1).

4.2. Identificação com o grupo

Para verificar os efeitos das manipulações sobre as subescalas da identificação com o grupo, recorreu-se à ANOVA fatorial 2X2, utilizando como fatores as manipulações de legitimidade e percepção da discriminação e como variáveis dependentes cada uma das subescalas da identificação com o grupo. Para o teste das nossas hipóteses estamos especificamente à procura de uma interação significativa entre estes dois fatores.

Verificou-se um efeito significativo da manipulação de legitimidade sobre a satisfação, $F= 6.89$, $p < .05$; $\eta^2_p = .083$, que é especificado em maior pormenor por um efeito marginal da interação entre a manipulação de legitimidade e de discriminação, $F= 3.27$; $p = .074$; $\eta^2_p = .041$. A análise através de contrastes planeados permitiu verificar que quando a discriminação é frequente, a satisfação é mais elevada quando esta é percebida como ilegítima do que legítima, $F= 9.29$; $p = .002$, $\eta^2_p = .012$. Quando a discriminação é rara não existem efeitos significativos da percepção de legitimidade, $F < 1$.

Também se verificou um efeito marginal da manipulação de legitimidade sobre a solidariedade, $F= 3.43$; $p = .068$; $\eta^2_p = .043$, que é especificado em maior pormenor por uma interação das duas manipulações sobre a solidariedade, $F= 3.43$; $p = .068$; $\eta^2_p = .043$. A análise através de contrastes planeados permitiu verificar que quando a discriminação é frequente, a solidariedade é mais elevada quando esta é percebida como ilegítima do que legítima, $F= 6.87$; $p = .012$, $\eta^2_p = .008$. Quando a discriminação é rara não existem efeitos significativos da percepção de legitimidade, $F < 1$.

Não se verificaram interações significativas dos dois fatores no caso da auto-estereotipização, da homogeneidade do endogrupo nem sobre a centralidade.

4.3.Bem-estar

Para verificar os efeitos das manipulações sobre o bem-estar, recorreu-se à ANOVA fatorial 2X2, utilizando como fatores as manipulações de legitimidade e percepção da discriminação e como variável dependente o bem-estar. Verificou-se um efeito significativo da manipulação de legitimidade sobre o bem-estar, $F= 4.01$; $p < .05$; $\eta^2_p = .050$, que é caracterizado em maior pormenor por um efeito significativo da interação das duas manipulações sobre o bem-estar, $F= 14.51$; $p = .000$; $\eta^2_p = .160$. A análise através de contrastes planeados permitiu verificar que quando a discriminação é frequente, o bem-estar é mais elevado quando esta é percebida como ilegítima do que legítima, $F= 16.88$; $p = .000$, $\eta^2_p = .18$. Quando a discriminação é rara não existem efeitos significativos da percepção de legitimidade, $F < 1.6$.

4.4.Autoestima

Para verificar os efeitos das manipulações sobre a autoestima, foi feita uma ANOVA fatorial 2X2, colocando como fatores as manipulações de legitimidade e percepção da discriminação e como variável dependente a autoestima. Verificou-se apenas a existência de um efeito significativo da interação das duas manipulações sobre a autoestima, $F= 12.82$; $p = .001$; $\eta^2_p = .144$. A análise através de contrastes planeados permitiu verificar que quando a discriminação é frequente, a autoestima é mais elevada quando esta é percebida como ilegítima do que legítima, $F= 9.74$; $p = .002$, $\eta^2_p = .11$. Quando a discriminação é rara não existem efeitos significativos da percepção de legitimidade, $F < 1.6$.

4.5.Expectativas de futuro

Para verificar os efeitos das manipulações nas expectativas de futuro dos participantes, foi feita uma ANOVA fatorial 2X2, utilizando como fatores as manipulações de legitimidade e percepção da discriminação e como variável dependente as expectativas de futuro. Verificaram-se efeitos significativos da manipulação de legitimidade, $F= 5.33$; $p< .05$; $\eta^2_p= .065$, que são caracterizados em maior pormenor por um efeito significativo da interação das duas manipulações, $F= 14.02$; $p< .05$; $\eta^2_p= .156$, sobre as expectativas de futuro. A análise através de contrastes planeados permitiu verificar que quando a discriminação é frequente, as expectativas são percebidas como mais abertas quando esta é percebida como ilegítima do que legítima, $F= 18.31$; $p=.000$, $\eta^2_p= .19$. Quando a discriminação é rara não existem efeitos significativos da percepção de legitimidade, $F < 1.6$.

Quadro 4.1.1

Médias dos efeitos da avaliação de legitimidade e prevalência da discriminação nas variáveis estudadas

| Avaliação de legitimidade | Ilegítima | | Legítima | |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| | Rara | Prevalente | Rara | Prevalente |
| Percepção de discriminação | | | | |
| Auto-estereotipização | 4.60(1.05) | 5.03(0.80) | 4.78(0.91) | 4.30(1.43) |
| Homogeneidade | 4.60(1.24) | 4.73(0.87) | 4.75(1.01) | 3.86(1.63) |
| Centralidade | 4.12(1.49) | 4.45(0.99) | 4.27(1.55) | 3.97(1.73) |
| Satisfação | 5.46(0.90) | 5.74(0.93) | 5.29(0.77) | 4.79(1.19) |
| Solidariedade | 4.85(1.10) | 5.10(0.71) | 4.85(1.09) | 4.20(1.35) |
| Bem-estar | 5.85(1.28) | 7.33(1.37) | 6.43(1.43) | 5.48(1.60) |
| Autoestima | 4.32(0.72) | 4.93(1.09) | 4.85(0.73) | 4.08(0.89) |
| Expectativas de Futuro | 4.61(0.77) | 5.00(0.91) | 4.87(0.63) | 3.90(0.91) |

Nota: Os valores apresentados entre parenteses referem-se aos desvios-padrão.

4.6. Correlações entre as variáveis

Verificaram-se correlações positivas entre a legitimidade da discriminação e as variáveis dependentes, o que demonstra que, à medida que a legitimidade da discriminação aumenta, diminuem os índices de identificação grupal, bem-estar, autoestima e expectativas de futuro (ver Quadro 4.6.1).

Quadro 4.6.1

Matriz de correlações entre as variáveis

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|------------------|-------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----|
| 1.Discriminação | - | | | | | | | | | |
| 2.Legitimidade | -.148 | - | | | | | | | | |
| 3.Auto-estereot. | .023 | -.043 | - | | | | | | | |
| 4.Homogeneidade | .066 | .059 | .680** | - | | | | | | |
| 5.Centralidade | .096 | -.120 | .384** | .345** | - | | | | | |
| 6.Satisfação | .193 | -.302** | .592** | .619** | .617** | - | | | | |
| 7.Solidariedade | .159 | -.140 | .533** | .681** | .688** | .743** | - | | | |
| 8.Bem-estar | .188 | -.162 | .524** | .520** | .406** | .655** | .534** | - | | |
| 9.Autoestima | .135 | -.212 | .257* | .299** | .074 | .407** | .167 | .568** | - | |
| 10.Expectativas | .126 | -.202 | .614** | .618** | .317** | .673** | .469** | .674** | .584** | - |

** $p < .01$

* $p < .05$

V. DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como objetivo estudar os efeitos da avaliação da legitimidade da discriminação na identificação grupal, bem-estar, autoestima e expectativas de futuro dos jovens. A hipótese em estudo era de que a avaliação de legitimidade da discriminação modera a relação entre a prevalência da discriminação, a identificação com o grupo, o bem-estar, a autoestima e as expectativas de futuro dos jovens.

Os resultados permitiram verificar maiores níveis de identificação dos jovens com o endogrupo, bem como maiores níveis de bem-estar, autoestima e expectativas de futuro quando a discriminação é frequente e avaliada como ilegítima. Assim, através dos resultados obtidos é possível confirmar a hipótese colocada, e verificar que existe um efeito moderador da avaliação de legitimidade na relação entre a prevalência da discriminação e as variáveis dependentes. Quando a discriminação é avaliada como legítima, o aumento da sua prevalência resulta na diminuição da identificação dos jovens com o grupo, bem como na diminuição do seu bem-estar, autoestima e expectativas para o futuro. Quando a discriminação é avaliada como ilegítima, o aumento da sua prevalência provoca um aumento da identificação grupal, do bem-estar, autoestima e expectativas dos jovens em relação ao seu futuro.

Os resultados foram de encontro ao esperado. De acordo com o que é indicado na literatura, ser vítima de discriminação pode ter consequências negativas para os indivíduos, nomeadamente ao nível do bem-estar e da autoestima (Branscombe et al., 1999; Dion, 2002). Apesar disto, a forma como um grupo social reage à discriminação depende do contexto em que esta ocorre (Jetten et al., 2011), e num contexto de discriminação frequente está mais condicionada a possibilidade de aceitação individual, o que poderia levar o indivíduo a distanciar-se psicologicamente do grupo ao qual está associada a discriminação. Contudo, deve ter-se em conta igualmente a avaliação de legitimidade da discriminação e, quando esta é avaliada como ilegítima, a identificação com o grupo de pertença tende a aumentar, o que fornece ao indivíduo maior autoestima e bem-estar. Desta forma, esse aumento de identificação grupal permite contrariar os

efeitos negativos da discriminação (Branscombe et al., 1999). Verifica-se também que, apesar da tendência de os jovens verem o seu futuro como mais aberto (Garstka et al., 2004), as expectativas de futuro deste grupo podem tornar-se mais limitadas em face da discriminação.

Os resultados deste trabalho têm várias implicações para o grupo social estudado. Na sociedade, a discriminação baseada na idade, especificamente em relação aos jovens, tem tendência a ser avaliada como legítima. Contudo, os resultados permitiram verificar que a legitimação destes comportamentos leva a que os jovens se afastem do seu grupo, o que elimina a possibilidade de se poderem unir enquanto grupo e enfrentar a discriminação ou lutar contra os fatores que a tornam legítima. Assim, revela-se importante a intervenção dos psicólogos e outros profissionais neste sentido. Uma das ações que se pode tomar é, por exemplo, sensibilizar os jovens e a sociedade para o fato de a discriminação com base na idade ser ilegítima. De acordo com os nossos resultados, verifica-se que, se a discriminação for percebida como ilegítima, os jovens tendem a aumentar a sua identificação grupal, ou seja, conseguem unir-se enquanto grupo e, assim, teriam maior capacidade de melhorar as suas expectativas em relação ao futuro e resistir aos efeitos negativos que a discriminação exerce sobre o seu bem-estar.

Este trabalho foi baseado no estudo de Jetten e seus colaboradores (2011), contudo não estudou uma das variáveis abordadas no estudo original, nomeadamente a ação coletiva, que se refere à intenção dos indivíduos de participar em ações grupais em favor do endogrupo. Esta é uma variável importante no que respeita às respostas dos grupos, e verifica-se que, quando a discriminação é frequente e avaliada como legítima, existe uma diminuição das intenções dos indivíduos em se envolverem em ações coletivas. Assim, estudos futuros poderão estudar as intenções de ações coletivas quando os grupos enfrentam situações de discriminação.

A amostra utilizada neste trabalho é composta na sua maioria por estudantes, pelo que investigações futuras poderão aplicar estas questões a jovens que já terminaram os seus estudos, e fazer a comparação entre jovens empregados e

desempregados, de modo a verificar se a manipulação em relação à discriminação dos jovens no acesso ao mercado de trabalho tem o mesmo impacto nestes dois grupos.

Tendo em conta que o grupo das pessoas idosas também é alvo de discriminação baseada na idade e que sofre da mesma problemática da legitimação da discriminação, investigações futuras poderão estudar esta temática em relação aos jovens e aos idosos, de modo a estabelecer um paralelo entre estes dois grupos sociais.

Este é um trabalho importante na medida em que procura aprofundar os conhecimentos numa área em que existem poucos dados, a discriminação contra o grupo dos jovens. É também importante visto que aplica a questão da legitimidade da discriminação a esse grupo etário e estuda os efeitos da avaliação de legitimidade em indicadores de saúde.

Neste trabalho demonstra-se que a avaliação de legitimidade da discriminação exerce um efeito moderador entre a prevalência da discriminação e a identificação com o grupo, o bem-estar, a autoestima e expectativas de futuro dos jovens, ou seja, demonstra-se que a avaliação de legitimidade da discriminação tem impacto nas respostas dos jovens à discriminação e consequências para a sua saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrams, D., Russell, P. S., Vauclair, M., & Swift, H. (2011). *Ageism in Europe: Findings from the European Social Survey*. London: Age UK.
- Age Discrimination in Employment Act (1967). *The age discrimination in employment act of 1967*. Retirado de <http://www.eeoc.gov/laws/types/age.cfm>
- Branscombe, N., Schmitt, M., & Harvey, R. (1999). Perceiving pervasive discrimination among african americans: implications for group identification and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 135-149.
- Breckler, S. J. (1984). Empirical validation of affect, behavior, and cognition as distinct components of attitude. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 1191-1205.
- Calvo, E. (2011). A roda da fortuna: viagem à temporalidade juvenil. In J. Pais, R. Bendict, & V. Ferreira (orgs.), *Jovens e Rumos* (pp. 39-57). Lisboa: ICS.
- Coudin, G., & Lima, M. L. (2011). Being well as time goes by: future time perspective and well-being. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 11(2), 219-232.
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O'Brien, L. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice: The struggle for internalization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 359-378. doi: 10.1037/0022-3514.82.3.359
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist*, 55, 34-43. doi: 10.1037/0003-066x.55.1.34
- Dion, K. (2002). The social psychology of perceived prejudice and discrimination. *Canadian Psychology*, 43, 1-10.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers.
- Eurobarómetro (2009). *Discriminação na UE 2009*. Retirado de http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_317_fact_pt_pt1.pdf

- Garstka, T., Schmitt, M., Branscombe, N., & Hummert, M. (2004). How young and older adults differ in their responses to perceived age discrimination. *Psychology and Aging, 19*, 326-335.
- Haslam, S. A., Jetten, J., Postmes, T., & Haslam, C. (2009). Social identity, health and well-being: an emerging agenda for applied psychology. *Applied Psychology: An International Review, 58*, 1-23. doi: 10.1111/j.1464-0597.2008.00379.x.
- Heatherton, T. F., & Polivy, J. (1991). Development and validation of a scale for measuring state self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology, 60*, 895-910.
- Hogg, M., & Abrams, D. (1988). *Social identifications*. London: Routledge.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Taxa de desemprego*. Retirado de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005599&selTab=tab0
- Jetten, J., Schmitt, M., Branscombe, N., Garza, A., & Mewse, A. (2011). Group Commitment in the face of discrimination: The role of legitimacy appraisals. *European Journal of Social Psychology, 41*, 116-126.
- Jornal Oficial da União Europeia (2010). Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0389:0403:pt:PDF>
- Lang, F. R., & Carstensen, L. L. (2002). Time counts: Future time perspective, goals and social relationships. *Psychology and Aging, 17*, 125-139
- Leach, C. W., van Zomeren, M., Zebel, S., Vliek, M. L., Pennekamp, S. F., Doosje, B., Ouwerkerk, J. W., & Spears, R. (2008). Group-level self-definition and self-investment: a hierarchical (multicomponent) mode of ingroup identification. *Journal of Personality and Social Psychology, 95*, 144-165.
- Lima, M., Marques, S., Batista, M., & Ribeiro, O. (2010). *Idadismo na Europa: Uma abordagem psicossociológica com foco no caso português* (Relatório I). Retirado de <http://www.ienvelhecimento.ul.pt/actividades-do-ie/publicacoesdocumentos/relatorios/121-relatorios-idadismo>

- Major, B., McCoy, S. K., Kaiser, C. R., & Quinton, W. J. (2003). Prejudice and self-esteem: A transactional model. *European Review of Social Psychology*, 14, 77-104.
- Marques, S. (2011). *O idadismo em relação aos jovens nos países europeus*. Retirado de <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/dezembro-2011>
- Marques, S., Lima, M. L., & Novo, R. (2006). Traços estereotípicos associados às pessoas jovens e idosas na cultura portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 4, 91-108.
- McGregor, J., & Gray, L. (2002). Stereotypes and older workers: The New Zealand experience. *Social Policy Journal of New Zealand*, 18, 163-177.
- Pais, J., Cairns, D., & Pappámikail, L. (2005). Jovens europeus: Retratos da diversidade. *Tempo Social*, 17(2), 109-140.
- Pappámikail, L. (2005). Sentidos de la edad adulta: Juventud e cambio social en el Portugal contemporáneo. *Revista de Estudios de Juventud*, 71, 41-54.
- Pappámikail, L. (2011). *A juventude e o mercado de trabalho: O debate acerca da “precarização” das relações laborais*. Retirado de <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/junho2011>
- Ramos, M., & Alves, H. (2011). Adaptação de uma escala multidimensional de identificação para português. *Psicologia*, 2, 23-38.
- Ramos, M. R., Jetten, J., Zhang, A., Badea, C., Iyer, A., Cui, L., & Zhang, Y. (2013). Minority goals for interaction with the majority: Seeking distance from the majority and the effect of rejection on identification. *European Journal of Social Psychology*, 43, 72–83. doi: 10.1002/ejsp.1915
- Sargeant, M. (2013). Young people and age discrimination. *E-Journal of International and Comparative Labour Studies*, 2, 1-22.
- Snowdon, G. (2012, January 16). Young and older people ‘experience age discrimination at work’. *The Guardian*. Recuperado de <http://www.theguardian.com/money/2012/jan/16/young-older-people-age-discrimination-work>
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vols. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.

Vieira, J. (2006). Emprego e desemprego. In V. Ferreira (Coord.), *A Condição Juvenil Portuguesa na Viragem do Milénio. Um Retrato Longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005* (pp. 90-112). Lisboa: Instituto Português da Juventude.

ANEXOS

ANEXO A – Manipulação de discriminação frequente

Os jovens e o emprego

Os números indicam que tem vindo a aumentar a percentagem de jovens desempregados e, daqueles que têm trabalho, muitos ganham abaixo de 600 euros por mês. Há jovens que ficam mais tempo em casa dos pais, há empregos precários e recibos verdes, e os jovens têm dificuldades em encontrar um trabalho que dure mais de três meses. A geração mais qualificada de sempre terá dificuldade em ganhar tanto como os pais e em encontrar um emprego estável.

Em Portugal este problema deve-se, em parte, ao desencontro entre o que os jovens podem oferecer e o que as empresas procuram: as empresas procuram com frequência trabalhadores de elevada experiência. Assim, não é dada a oportunidade aos jovens de aceder a esses empregos, visto que dessa forma não conseguem adquirir os anos de experiência pedidos pelas empresas.

Como conta um jovem desempregado: “Já fiz alguns trabalhos, mas nada estável. Não consigo encontrar um trabalho na minha área de formação porque só pedem pessoas com muitos anos de experiência. Quando se fala de emprego, os jovens são alvo de discriminação”.

E para aqueles que se encontram a trabalhar a situação também não é muito diferente. Um jovem empregado numa prestigiada empresa portuguesa conta: “Apesar de ter as mesmas qualificações dos meus colegas de trabalho, por ser mais novo, tratam-me sempre como se fosse menos responsável, menos capaz, e como se tivesse menos conhecimentos do que os outros”.

ANEXO B – Manipulação de discriminação rara

Os jovens e o emprego

Os números indicam que tem vindo a aumentar a percentagem de jovens desempregados e, daqueles que têm trabalho, muitos ganham abaixo de 600 euros por mês. Há jovens que ficam mais tempo em casa dos pais, há empregos precários e recibos verdes, e os jovens têm dificuldades em encontrar um trabalho que dure mais de três meses. A geração mais qualificada de sempre terá dificuldade em ganhar tanto como os pais e em encontrar um emprego estável.

Em Portugal este problema deve-se, em parte, à falta de empregos e a uma quantidade crescente de jovens com habilitações a tentar entrar no mercado de trabalho. No entanto, se por um lado há empresas que ainda só contratam pessoas com muita experiência e preferem os mais velhos; outras empresas preferem os jovens pela sua capacidade de trabalho e pela sua motivação.

Como conta um jovem desempregado: “Tem sido muito difícil encontrar trabalho porque muitas empresas continuam a preferir pessoas mais velhas e com mais experiência. Mas começam agora a surgir algumas empresas com uma nova filosofia e que estão dispostas a apostar e dar emprego aos jovens”.

Um jovem empregado numa prestigiada empresa portuguesa também conta: “Estive a trabalhar numa organização que só dava valor aos mais velhos, mas agora mudei-me para uma empresa que está a recrutar muitos jovens. Eles sabem que os jovens trazem mais energia, vontade de trabalhar, e disponibilidade para aprender novos métodos”.

ANEXO C – Manipulação de discriminação ilegítima

Comentário enviado por Guga777 a 10/02/2013:

“Não acho justo que alguns jovens sejam afastados da oportunidade de ter um emprego estável, pois assim nunca vão ganhar experiência profissional. Penso que muitos de nós são tratados de forma diferente e, para mim, isso é injustificável. Para mim isto é tudo muito triste pois vejo as sociedades a evoluir, a respeitarem as diferenças entre pessoas, mas nada a ser feito em relação à forma como os jovens são tratados hoje em dia. Nunca e em alguma situação uma pessoa pode ser afastada de certas oportunidades por ser jovem! Temos todos os mesmos direitos e vivemos numa sociedade que é de todos. Tudo que o que for contra isto é uma injustiça!”.

Comentário enviado por Martins_ a 10/02/2013:

“Independentemente da idade, devemos ter todas as mesmas oportunidades e ser tratados como iguais. É como as questões de raça, etnia, ou género, somos todas pessoas e merecemos ser tratados de forma igual. Ser discriminado por qualquer aspeto, incluído a nossa idade, deve ser considerado ilegal e punido enquanto crime pois é um atentado aos direitos humanos e de igualdade”.

ANEXO D – Manipulação de discriminação legítima

Comentário enviado por Guga777 a 10/02/2013:

“Muitos de nós, enquanto jovens, queixam-se da forma como somos tratados, mas sempre foi assim nas sociedades modernas. As pessoas têm de provar as suas qualidades e ganhar a confiança dos outros, depois então têm acesso a uma série de coisas que não tinham antes. É normal que uma pessoa como eu, que ainda não tenha provado nada em termos profissionais, não seja selecionada para um trabalho que exija muita responsabilidade. Muitas das pessoas que hoje ocupam lugares bem remunerados também tiveram de passar por estas dificuldades e não deixaram de vencer e chegar ao topo”.

Comentário enviado por Martins_ a 10/02/2013:

“Existe uma idade mínima para ter a carta de condução, para se poder votar, para poder apostar num casino, e para uma série de outras atividades. Estas decisões não são arbitrárias! É realmente importante obter alguma maturidade para que se possam tomar decisões importantes com o potencial de afetar outras pessoas. Muitos de nós ainda não têm maturidade suficiente para que sejam chamados a tomar decisões de grande responsabilidade. Eu não me preocupo com isso, acho que faz parte do desenrolar natural do ser humano, e sei que com a idade e maturidade vou ganhando cada vez mais o respeito da nossa sociedade”.

DISCRIMINAÇÃO CONTRA OS JOVENS

ANEXO E – Verificação da manipulação da discriminação

Q1 - Queremos pedir-lhe que reflita sobre o texto que acabou de ler, pense nas suas experiências enquanto jovem e que indique até que ponto é que concorda com as seguintes afirmações (utilizando a escala entre 1 “discordo completamente” e 7 “concordo completamente”):

1 – Hoje em dia, os mais velhos discriminam os jovens.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

2 – Hoje em dia, a discriminação está presente em diversas áreas da vida dos jovens.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

3 – Os jovens são discriminados pelos mais velhos.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

4 – Os jovens são privados de algumas oportunidades que estão só ao alcance dos mais velhos.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

5 – É fácil de compreender porque é que há jovens a falar de discriminação contra eles.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

ANEXO F – Verificação da manipulação de legitimidade

Q2. Queremos saber até que ponto é que concorda com as afirmações em baixo:

1 - É compreensível que em algumas situações os jovens sejam tratados de modo diferente.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

2 - É justificável que em algumas situações os jovens tenham menos privilégios do que os mais velhos.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

3 - É razoável que em alguns aspetos sejam preferidas pessoas mais velhas do que mais jovens.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

4 - Acredito que seja legítimo as pessoas mais velhas terem alguns privilégios.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|

5 - Em algumas situações é normal as pessoas mais velhas terem mais oportunidades.

| | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|
| Discordo completamente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Concordo completamente |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|------------------------|